



ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA, AFETIVIDADE E DISTANCIMENTO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Kátia Maria de Aguiar Freire¹
Maria Durciane Oliveira Brito²
Ilda Medeiros Cavalcante³
Sheila dos Santos Brazil⁴

RESUMO

A formação de professores e o distanciamento entre os diversos setores da escola tem sido um dos principais motivos de reclamações dos professores que atuam em salas de AEE. Por isso, o estudo discute a respeito das causas que distanciam o professor do processo inclusivo. O objetivo geral buscou analisar como a formação docente facilita o processo inclusivo e minimiza o distanciamento entre a comunidade escolar. De modo mais específico intentou-se identificar o que causa o distanciamento dos professores das práticas escolares inclusivas e como a formação pode melhorar a qualidade do ensino, verificar quais estratégias podem ser usadas para melhorar a relação entre o Atendimento Educacional Especializado e a sala de aula regular; compreender as dificuldades dos professores em construir práticas inclusivas pensadas na diversidade. A investigação trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida através de livros e artigos de autores que refletem sobre as dificuldades dos professores, além das possibilidades teórico-práticas obtidas através da formação docente e das experiências exitosas da inclusão escolar. O estudo justifica-se por promover novos olhares sobre como melhorar a qualidade do ensino inclusivo através da formação dos professores.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação de Professores. Qualidade da Educação.

¹ Mestranda em Ciências da Educação – UTIC- PY; Graduada em Pedagogia com Habilitação em Biologia (UVA); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (INTA), Gestão e Supervisão Escolar (INTA) katiamefreire@gmail.com ;

² Mestranda em Ciências da educação pela UTIC – PY; Graduada em Letras Libras – UNIASSELVI; Graduada em Pedagogia – UFPI; Especialista em Libras - INTA; Especialista em Educação Infantil – ISEPRO; Especialista em Libras – UFPI, Especialista em Psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar - FIAR; Professora Substituta do Instituto Federal do Piauí – IFPI durciane@ifpi.edu.br

³ Graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Atendimento educacional Especializado e Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, hildhamedeiro2014@gmail.com.

⁴ Mestranda em Ciências da educação pela UTIC – PY; Pós-graduada em Auditoria, Controladoria e Finanças - DEXTER. Graduada em Ciências Contábeis – FAP. E-mail: sheilaaabr@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A formação de professores é o objeto principal deste estudo, pois permite que se discuta a qualidade da educação inclusiva com base na qualificação do trabalho realizado pelo professor. A formação dos professores é, pois, uma importante forma de tornar a inclusão escolar possível. Contudo, entende-se que existe resistência por parte de alguns professores da educação básica ao processo inclusivo, o que dificulta o desenvolvimento dos alunos com deficiência. A falta de diálogo, o discurso de que não aprendem e o descrédito pode ser motivado pela ausência de formação adequada.

Diante do exposto, o problema que norteia o estudo se apresenta nas seguintes indagações: como diminuir o distanciamento dos professores do processo inclusivo? Quais as possibilidades teórico-práticas da formação para facilitar o acesso docente à criança com deficiência e ao Atendimento Educacional Especializado? Como a formação pode contribuir com a qualidade da educação?

Embora, seja indispensável pensar sobre uma inclusão que contemple a diversidade, pluralidade e singularidade, sabe-se que é um processo novo e motivo de distanciamento, tanto pela falta de conhecimento pelo assunto, quanto pela incapacidade diante do desafio. No entanto, não se pode negligenciar a educação inclusiva, os alunos e a produção do conhecimento no ambiente escolar.

O objetivo geral buscou analisar como a formação docente facilita o processo inclusivo e minimiza o distanciamento entre a comunidade escolar. De modo mais específico intentou-se identificar o que causa o distanciamento dos professores das práticas escolares inclusivas e como a formação pode melhorar a qualidade do ensino, verificar quais estratégias podem ser usadas para melhorar a relação entre o Atendimento Educacional Especializado e a sala de aula regular; compreender as dificuldades dos professores em construir práticas inclusivas pensadas na diversidade.

O primeiro contato com a educação inclusiva não se esquece. É na experiência diária que conceitos e práticas se entrecruzam e se consolidam. E foi observando o processo inclusivo que questões surgiram como relevantes para facilitar o acesso das crianças a uma inclusão que possa ir além dos muros da escola. Percebeu-se que a



formação dos professores é um importante caminho para se obter melhorias no desenvolvimento e na qualidade da educação de alunos com deficiência.

Entende-se que a formação contínua desses professores, dada sua relevância, possibilita trocas de conhecimentos através das relações que se estabelecem no ambiente escolar, que possui seus encantos, e apesar dos desafios, torna-se fascinante e enigmática. Os professores são as principais referências para influenciar positivamente o processo de ensino, e precisam aprender sempre mais.

Contudo, a investigação se justifica por promover uma reflexão sobre o distanciamento dos professores do processo inclusivo, a falta de parceria com o Atendimento Educacional Especializado e a resistência de aceitar a inclusão para a diversidade. Essa discussão fomenta novos olhares capazes de transformar a forma como os professores percebem a inclusão, e ampliar o conhecimento sobre as alternativas de formação complementar direcionada aos docentes na perspectiva de qualificar suas ações.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado uma busca na literatura sobre o assunto abordado por meio da pesquisa bibliográfica. As fontes principais foram livros, artigos, teses e dissertações sobre a temática. Após a escolha dos textos, realizou-se a primeira leitura sobre a temática para que a análise pudesse ser consistente, além de buscar descobrir nas mensagens, informações que os autores querem passar em seus escritos. Depois foi elaborado um quadro esquemático para definir as principais ideias e voltar para o texto, pela segunda vez para realizar a segunda leitura, mais minuciosa, buscando identificar ou perceber o que ainda não tinha sido atentado.

Nessa conjuntura, ordenaram-se os dados a partir de uma releitura do material, depois serão classificados numa ação de leitura/releitura/leitura até estabelecer interrogações para identificar o que surge como relevante nos dados expostos.

Somente após todas essas etapas, puderam-se interpretar os dados e analisá-los de forma introspectiva. Cada parte do estudo foi escrita na perspectiva de responder as questões primeiras deste estudo, além de discutir o que foi elucidado nos objetivos. A escolha dos textos ajudou na organização de cada parte da investigação e todos os



autores contribuíram significativamente e diretamente para o resultado da pesquisa (GIL, 1999).

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação docente tem ganhado visibilidade e tem sido discutida dentro das salas dos cursos de licenciaturas e por profissionais da educação em todo o país. Considera-se, pois, que compreender e conhecer mais de perto essa relação que envolve a desvalorização de professores que atuam na educação infantil é de grande relevância, já que além de se entrar em contato com o mundo infantil podemos apreciar valores que se estabelecem na troca de experiência do conhecimento sistemático e não sistemático.

Nos dias atuais existem muitas discussões sobre a formação dos professores, com especulações se eles possuem todos os conhecimentos e se esses são suficientes para a sua prática em função da prática que desenvolve na sala de aula. Levando em consideração que a formação recebida por esses professores deve ser parte de sua realidade, e tratando-se das variações que existem de um lugar para outro, essa pode acontecer de forma diferente. Entende-se que a formação contínua do professor é aquela que deve agregar valor, ressignificando olhares e práticas, aprimorando os conhecimentos e aprendendo a lidar com os desafios contemporâneos.

Lidar com uma sala de aula lotada, com baixo salário, com falta de incentivo a formação tem sido um percalço no que tange a rotina dos professores, por isso, fala-se que existe um certo pessimismo no trabalho realizado pelos docentes, principalmente os que atuam na educação infantil, que pouco são reconhecidos pelo papel que desempenham, por isso, surgiu a ideia de profissionalização e profissionalismo, já que sem o processo de integração de conhecimento por meio da profissionalização, fica difícil se tornar um profissional com qualidade em suas práticas.

A desprofissionalização afeta diretamente o status social da profissão em decorrência dos baixos salários, precária formação teórico-prática, falta de carreira docente, deficientes condições de trabalho. Com o descrédito da profissão, as consequências são inevitáveis: abandono da sala de aula em busca de outro trabalho, redução da procura dos cursos de licenciatura, escolha de cursos de licenciatura ou pedagogia como última opção, falta de motivação dos alunos matriculados para continuar o curso de licenciatura (LIBANEO, 2011, p.43).



Evidentemente, o mesmo profissional que pode vivenciar a motivação por fazer parte do desenvolvimento do seu trabalho é o mesmo que muitas vezes é deixado a margem, por não ter um reconhecimento pela valiosa prática que exerce. Seja por parte do governo, da família ou da sociedade em geral. O professor também precisa ser reconhecido como um dos principais instrumentos da educação, pois ele é facilitador do saber e tem o papel de direcionar os alunos a descobrirem o melhor de si, além de serem imprescindíveis no processo de construção da identidade. Dessa forma, o professor contribui diretamente como agente transformador da ascensão social. Para tanto, receber uma formação contínua, que não precise ocupar seus poucos espaços de lazer, e não seja custeada do seu próprio salário, pode ser uma forma, ainda que tímida de valorização.

Entende-se que existem muitos desafios que a docência enfrenta na contemporaneidade, que de acordo com Masetto (2015) precisa de soluções imediatas, como:

a construção e socialização do conhecimento interdisciplinar; a valorização do processo de aprendizagem ; a formação de profissionais competentes e cidadãos; a concepção do tempo-espço da aula universitária e sua dinamização explorando as possibilidades de ela poder ser realizada em ambientes profissionais; a formação de um professor com atitude de parceria com seus pares e com os alunos, e mediação pedagógica no relacionamento com seus alunos contribuindo com a construção de sua formação profissional (MASETTO, 2015, p.16).

Existe uma grandeza no ato educativo que nem sempre pode ser facilmente percebido, pois muitas vezes os professores são responsabilizados por outros problemas que estão de competência de outras instituições sociais, como a família, por exemplo. O papel que o professor exerce diante do processo de formação do indivíduo é muito importante, uma vez que esse, quando consciente da sua prática, consegue educar para além do simples processo de ensino, mas para a vida.

Contudo, entende-se que o ato de educar é perceber a singularidade e a beleza da vida, é também, reconhecer que o futuro está diante das nossas mãos, do nosso olhar e da nossa prática, por isso, precisamos pluralizar a prática, buscando refletir diante da sua missão educativa, uma vez que essa buscará direcioná-los, não apenas como educandos em processos sistematizados, mas, como seres humanos críticos, reflexivos e conscientes dos seus atos perante a sociedade.



Ao receberem essa formação, com certeza irão entender que a educação por si só, não mudará o mundo, mas conseguirá mudar aquele que dela se apropria, para que dessa forma possa agir na sociedade em que vive, transformando-a em um lugar melhor. A educação destinada a pessoas com deficiência precisa ter qualidade e isso é possível por meio da formação dos professores, onde aprendem novas técnicas, métodos e ferramentas para usar em sala de aula.

Foram os estudos no campo da medicina e das ciências sociais que fizeram com que novos olhares fossem admitidos e descobertas sobre a educação e a aprendizagem dos indivíduos que apresentavam alguma deficiência comesçassem a ser questionadas e percebidas como possíveis. Quando esses estudos ganharam forma e foram publicados, as informações invadiram o espaço escolar e começou-se a perceber que haveria a possibilidade de uma educação transformadora, inclusiva.

No Brasil, as discussões sobre inclusão se intensificaram somente no século XIX, quando o Brasil começou a estudar as possibilidades da educação especial com base nas orientações e práticas de outros países, entre eles os Estados Unidos da América (DOMINGOS, 2005). As informações sobre a educação especial só é incorporada aos estudos e pesquisas brasileiras graças aos estudiosos que investigavam o ensino e atendimento de pessoas com deficiências simples e complexas.

Somente em 1930 a sociedade passou a preocupar-se em desenvolver ações capazes de envolver diferentes espaço da esfera governamental para refletir sobre a necessidade de atendimento em hospitais, escolas e outros espaços de pessoas que apresentassem alguma deficiência (ROGALSKI, 2010, p. 4 apud JANNUZZI, 2004 p.34). As ações que ajudam a promover engajamento de diferentes espaços iniciou uma, ainda pequena, chama de esperança para que se houvesse uma educação que problematizasse a inclusão de pessoas deficientes nos espaços públicos, como cidadãos de direitos.

Passando mais alguns anos, em 1954 foi inaugurada a Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – associação que contribui até hoje com o acolhimento e o resgate daqueles que durante anos viveram a margem da sociedade. A APAE funcionou durante anos como uma instituição que abrigava sujeitos que desprezados socialmente, mas que, dentro das suas limitações detinham habilidades próprias e que merecem reconhecimento e respeito.



Na década de 1970, como se sabe, a escola atendia a interesses legitimamente político, atendia a classe dominante como reprodutora de seus interesses. A sociedade estava condicionada a pensar nos meios de produção, consumindo os bens produzidos e servindo de engrenagem para o capitalismo. Por isso, os deficientes não eram bem vindos à escola e não existia política pública que efetivasse esse direito, pois os esforços da escola estavam em garantir uma formação técnica, para instruir e garantir a mão de obra.

Por isso, conforme salienta ROGALSKI (2010), a inclusão funciona como uma espécie de justiça social. Para enfatizar o seu ponto de vista sobre a inclusão o autor rememora o princípio fundamental instituído pela Declaração de Salamanca que vislumbrava a inclusão como um processo que atendia todas as pessoas, independentemente de sua condição físicas, culturais, étnicas ou aquelas que foram marginalizadas pelas sociedade por ser diferente (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994).

No Brasil a educação inclusiva é conhecida também como educação especial, que teve sua ascendência nos Estados Unidos, “quando a lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais” (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

Vale salientar que todos os processos e conquistas da educação inclusiva esteve relacionado a pesquisas, descobertas científicas sobre transtornos globais do desenvolvimento, conscientização da família e comunidade escolar. Nessa conjectura, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, ressalta que é dever do Estado e da família promover-la. Tem como finalidade da educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho que garante a todos o direito à educação de qualidade (ROGALSKI, 2010).

A criança com deficiência exige do profissional da educação um olhar sensibilizado, compreensivo e adaptador acerca das atividades e convívio social. Cada deficiência possui suas particularidades e singularidades, mas isso não torna o aluno um ser inerte, ele pode aprender, ensinar, e desenvolver as suas habilidades.

A necessidade de quebra de barreiras para um trabalho colaborativo é primordial pode ajudar a quebra de estigma. A professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente,



marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele.
(BEDAQUE, 2014, p. 161).

A Sala de Recurso Multifuncional, onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado, funciona como mediadora da relação de aprendizado em sala de aula regular e desenvolvimento das competências, sendo assim um recurso da educação especial na rede regular de ensino. É verdade que os professores, na realidade escolar brasileira de salas lotadas, muitas vezes, não tem condições ou oportunidades de ter esse olhar sensibilizado a respeito dos alunos deficientes. É nessa etapa que se encaixa o AEE, possibilitando essa atenção especial ao aluno, atendendo às suas necessidades, auxiliando o professor atuante no ensino regular, no sentido de pensar estratégias que possam incluí-los.

O sistema de atendimento do AEE na rede escolar funciona da seguinte maneira: os alunos com deficiência são incluídos em sala de aula com os demais alunos, em um horário contrário a sala de aula regular, é atendida na sala de AEE. Para que o profissional, professor do atendimento especializado, avalie e acompanhe se a inclusão está ocorrendo e se o aluno está evoluindo educacionalmente. Por meio de atividades monitoradas, sempre respeitando e sendo paralelas ao que o professor regular está ministrando, o profissional especializado analisa e dá o seu parecer acerca daquele aluno.

Através de relatórios feitos pelo professor do AEE, a Secretaria de Educação tem acesso à situação que o aluno se encontra na escola e no âmbito familiar, essa relação da escola e família, é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer aluno, e com a criança com deficiência, é importante que a família compreenda a particularidade com outros olhos para haver esse crescimento intelectual e social.

No Atendimento Educacional Especializado, são disponibilizados diversos recursos para a fomentação de uma educação digna para os alunos com deficiência. Com diversos jogos que estimulam raciocínio lógico e espacial, a coordenação motora, assuntos matemáticos e de Língua Portuguesa, auxiliam o aluno a diversificar seus conhecimentos e aprender de uma forma divertida e inteligente.

Nesse sentido, quem leva as crianças, inclusive o aluno com deficiência física para o espaço que é efetivado o atendimento, são os pais, que também são importantes no processo. A família pode contribuir e muito com o trabalho do professor,



principalmente quando valoriza esse trabalho e articula com este e o professor soluções para os problemas que a criança vier a apresentar.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância do trabalho na sala de recurso multifuncional para todas as pessoas com deficiência, incluindo a deficiência física, caso o aluno necessite dessa assistência, já que nesse espaço ele irá desenvolver habilidades motoras, cognitivas, sociais. Nesse espaço o professor irá planejar, estudar cada particularidade, interagir com o professor do ensino regular, buscando desenvolver a autonomia e independência desse aluno, propondo uso de recursos e adaptações necessárias para o processo de inclusão.

É preciso ter qualidade no processo de ensino, não se pode ministrar aulas de qualquer forma, por isso, a qualidade da formação docente é uma propriedade que determina o grau positivo de excelência que se diferencia nas características da formação docente recebida e capitalizada pelos professores do ensino fundamental no processo de Formação Inicial.

A qualidade é, pois, entendida como aquela realizada em Instituições de nível superior (Graduações) em diferentes áreas; a Formação Continuada, e entendida como aquela que é realizada após a Formação Inicial, que pode ocorrer concomitantemente à atuação profissional, chamada de “Formação Continuada em Serviço”, e a Formação Especializada, e entendida como a especialização com aprofundamento de pesquisa.

A formação continuada de professores possibilita a atualização de conhecimentos, troca de experiências profissionais e docentes aprimorando o fazer docente, entre outros. Atualmente, o profissional, de modo geral e principalmente o profissional docente, deverá estar consciente de que a sua formação permanente deverá estar integrada ao seu dia-a-dia, especialmente, nas escolas, pois entende-se que a formação implica a contextualização do professor num meio cultural, visando à transformação do mesmo.

Os professores do Brasil não possuem uma formação que contemple todas as dificuldades ou desafios que eles podem vir a enfrentar em sala de aula, isso se dá ao fato de que durante a graduação a experiência adquirida é aligeirada e carente em alguns sentidos, principalmente quando se trata do estágio supervisionado, aonde a maioria dos estudantes vai a campo, e por terem medo, se sentirem despreparados, alguns chegam até a desistir, pois além de ser uma responsabilidade grande, é um momento em que a teoria se confronta com a prática.



Passando o estágio supervisionado, e sentindo a necessidade de mais conhecimento o professor busca outras possibilidades para enriquecer a sua prática, muitos recorrem a uma pós-graduação, cursos complementares, o que é muito importante, visto que a formação inicial pode deixar algumas lacunas que podem interferir no resultado do trabalho. Diante da realidade da educação no Brasil, muitos estados e municípios criaram algumas alternativas para estar em contato com os professores e proporcionar formações contínuas.

A formação contínua dos professores e fomenta reflexões ainda mais inquietantes ao mencionar que a formação deve ir além dos muros da escola, mas deve estar dentro, e principalmente fora. A educação pode fortalecer e frutificar a sociedade e um sistema corrompido como o brasileiro, além de mostrar, através de um estudo bibliográfico, o pensamento de outros autores sobre a questão. Em linhas gerais, o professor não deve enclausurar-se em uma rotina absurdamente fechada, é preciso lhe ceder espaço para formação, buscando apoio dentro do sistema educacional e reforço assistido pelos órgãos responsáveis em função da formação de qualidade que se almeja para as escolas brasileiras.

Entende-se que a formação contínua do professor é aquela que deve agregar valor, ressignificando olhares e práticas, aprimorando os conhecimentos e aprendendo a lidar com os desafios contemporâneos. Quando se trata do fazer docente, existem divergências de pensamentos, mas a linha que se criou para a presente investigação é que o fazer docente. Para que isso aconteça os professores precisam estar motivados, buscando alternativas para ensinar os conteúdos, tornando os desafios que possa enfrentar uma dificuldade passível de solução, lidando com as intempéries de forma mais leve.

Desse modo, entende-se que os professores precisam quebrar as amarras de um sistema opressor para enxergar as possibilidades de uma formação contínua para qualificar seu trabalho e não apenas quantificá-lo, que tem em seu bojo alcançar novas competências em uma ação constante de reflexão. O professor, com a formação contínua pode entender se está errando, o que está dando certo, transformando sua prática na medida em que for enxergando as alternativas apresentadas na formação e como esta pode beneficiar o processo inclusivo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existe uma grandeza no ato educativo que nem sempre pode ser facilmente percebida, pois muitas vezes os professores são responsabilizados por outros problemas que estão de competência de outras instituições sociais, como a família, por exemplo. O papel que o professor exerce diante do processo de formação do indivíduo é muito importante, uma vez que esse, quando consciente da sua prática, consegue educar para além do simples processo de ensino, mas para a vida.

Diante do exposto o estudo analisa a base sólida, construtiva e histórica que consolidou a formação do professor no Brasil de forma descritiva. Destaca-se, pois, que a formação docente deve ser contínua, já que ao mesmo tempo em que ela destaca-se como fundamental, surge também, como alvo de preconceito e desvalorização, pois é nessa mesma área, que o profissional sofre com os baixos salários, carga horária exaustiva, falta investimento para formação continuada vivencia péssimas condições de trabalho. Talvez isso seja um agravante para a falta de interesse dos professores em buscarem alternativas de ensino e aprendizagem no tocante a educação inclusiva.

Contudo, entende-se que o ato de educar é perceber a singularidade e a beleza da vida, é também, reconhecer que o futuro está diante das mãos, do olhar e da nossa prática, por isso, precisa-se pluralizar a prática, buscando refletir diante da sua missão educativa, uma vez que essa buscará direcioná-los, não apenas como educadores em processos sistematizados, mas, como seres humanos críticos, reflexivos e conscientes dos seus atos perante a sociedade. Ao receberem essa formação, com certeza irão entender que a educação por si só, não mudará o mundo, mas conseguirá mudar aquele que dela se apropria, para que dessa forma possa agir na sociedade em que vive, transformando-a em um lugar melhor.

Por isso, conforme salienta ROGALSKI (2018), a inclusão funciona como uma espécie de justiça social. Para enfatizar o seu ponto de vista sobre a inclusão o autor rememora o princípio fundamental instituído pela Declaração de Salamanca que vislumbrava a inclusão como um processo que atendia todas as pessoas, independentemente de sua condição físicas, culturais, étnicas ou aquelas que foram marginalizadas pela sociedade por ser diferente.



Na prática inclusiva não se deve ter discriminação. A inclusão prevê a inserção escolar, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A inclusão questiona as políticas, a organização e a estrutura das escolas regulares e especiais. É característica da inclusão, reunir alunos com e sem dificuldades, professores, pais, diretores, funcionários e todas as pessoas que estão envolvidas com o processo, exigindo uma transformação do espaço escolar. O seu princípio básico é a valorização da diversidade. Na educação inclusiva são as pessoas sem deficiência que devem aprender a conviver com os deficientes.

Por isso, a formação dos professores merece destaque nas discussões, pois esses profissionais são os principais agentes que recebem e formam as crianças, se não possuírem habilidades para enfrentar os desafios da diversidade, podem se perder e descredibilizar a educação desses indivíduos.

É preciso garantir o uma educação especializada as pessoas com deficiência, principalmente nas escolas públicas. Sabendo disso as famílias do Brasil que tem filhos surdos procuram o sistema de ensino público para inserir suas crianças, com a convicção que receberão um ensino de qualidade, mas são confrontados com a realidade, às vezes o despreparo e a falta de formação e materiais adequados são as primeiras barreiras nas escolas (ROGALSKI, 2018).

A escola é responsável por grande parte da aprendizagem que construímos ao longo da vida, desde muito pequenas, as crianças são cada vez mais expostas a diversas formas de aprendizagens, elas brincam, se relacionam com outras crianças, aprendem características da cultura dos seus pais e de outros colegas. Os costumes, as crenças, os hábitos e as características de cada comunidade vão se tornando cada vez mais compreensíveis à medida que se relacionam com culturas diferentes, com comportamentos distintos. Negar esse contato a crianças com deficiência é o mesmo que lhe negar o mundo (ORRÚ, 2017).

Desse modo, é preciso que se tenha uma relação interdisciplinar dentro do espaço escolar, onde as práticas e os desafios se consolidem em detrimento da qualidade do ensino e da aprendizagem. É preciso superar o pessimismo e seguir buscando alternativas para vencer os desafios do processo inclusivo. O distanciamento entre os espaços escolares que compõem a escola não pode existir como a sala de aula e a sala de AEE, é preciso, pois, que essa relação seja de troca.



Os saberes produzidos pelos diferentes agentes do saber é que pode favorecer o acesso a novas possibilidades para garantir o desenvolvimento das crianças. Por isso, a formação do professor para atuar na educação inclusiva não deve ser incentivada ou resguardada a quem trabalha nas salas de AEE, mas deve se estender para os demais professores, para que ambos possam contribuir da melhor maneira com o desenvolvimento dos alunos (ORRÚ, 2017).

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do trabalho na sala de recurso multifuncional para todas as pessoas com deficiência, já que nesse espaço elas irão desenvolver habilidades motoras, cognitivas, sociais. Nesse espaço o professor irá planejar, estudar cada particularidade, interagir com o professor do ensino regular, buscando desenvolver a autonomia e independência desse aluno, propondo uso de recursos e adaptações necessárias para o processo de inclusão. Por isso, a relevância dessa parceria. Pontua-se, pois, que a distanciamento entre esses profissionais pode causar uma ruptura no desenvolvimento das crianças, aliado, a falta de formação adequada.

É notório que muitas mudanças no sistema educacional são necessárias para que se conquiste de fato uma inclusão de qualidade, mudanças essas não só na estrutura física do ambiente escolar, mas mudanças em termos de conscientização das pessoas, oportunizando o convívio com a diversidade. Entre as reformulações necessárias podemos citar as adaptações no currículo, novas metodologias, recursos tecnológicos que favoreçam o aprendizado do aluno e principalmente a capacitação dos professores (ORRÚ, 2017).

É, pois, de extrema importância o conhecimento das características e peculiaridades da inclusão e diversidade por parte dos professores e de toda a comunidade escolar. A partir desse conhecimento, eles podem desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem na aquisição de novas habilidades, no aspecto cognitivo, motor, social, intelectual e afetivo da criança. Assim, escola, professores, pais e alunos poderão vislumbrar possibilidades de ensino e aprendizagem adequadas as necessidades dos alunos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar uma criança é perceber a singularidade e a beleza da vida, é também, reconhecer que o futuro está diante das próprias mãos, do olhar e da prática, por isso, precisa-se pluralizar o respeito, não só para as crianças, mas também, para aqueles que estão, dia após dia, buscando refletir diante da sua missão educativa, uma vez que essa buscará direcioná-los, não apenas como educandos em processos sistematizados, mas, como seres humanos críticos, reflexivos e conscientes dos seus atos perante a sociedade, ao receberem formação adequada, com certeza irão entender que a educação por si só, não mudará o mundo, mas conseguirá mudar aquele que dela se apropria, para que dessa forma possa agir na sociedade em que vive, transformando-a em um lugar melhor.

O foco do estudo foi entender como a formação do professor pode melhorar a qualidade da educação de crianças com deficiência, ajudando a entender o distanciamento que se tem entre os que fazem a escola, além de mostrar a relevância do espaço do AEE dentro da escola. Com a pesquisa foi possível perceber como a formação pode beneficiar o processo de ensino e aprendizagem. Foi possível identificar diversos fatores que interferem na educação dessas crianças, que vai desde a acessibilidade e infraestrutura à falta de preparo e formação da comunidade escolar.

O professor de AEE é um profissional que depende dos demais, visto que seu trabalho é extensivo, sua função é desafiadora e merece destaque para que pesquisas como essa, mostrem a relevância da sua presença no acompanhamento das crianças deficientes no espaço escolar. Por isso, uma formação de qualidade do professor regente pode facilitar o desenvolvimento dos demais espaços dentro da escola.

É notório que muitas mudanças no sistema educacional são necessárias para que se conquiste de fato uma inclusão de qualidade, mudanças essas não só na estrutura física do ambiente escolar, mas mudanças em termos de conscientização das pessoas, oportunizando o convívio com a diversidade. Entre as reformulações necessárias podemos citar as adaptações no currículo, novas metodologias, recursos tecnológicos que favoreçam o aprendizado do aluno e principalmente a capacitação dos professores.

Após o estudo pode-se concluir que é de extrema importância o conhecimento das características e peculiaridades da inclusão e diversidade, por parte dos professores e de toda a comunidade escolar. A partir desse conhecimento, eles podem desenvolver



práticas pedagógicas que auxiliem na aquisição de novas habilidades, no aspecto cognitivo, motor, social, intelectual e afetivo da criança. Assim, escola, professores, pais e alunos poderão vislumbrar uma nova possibilidade de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em 28 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 Out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 Out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão:** sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais – Belo Horizonte, 2005.

GOMES, C.; REY, F. L. G. **Inclusão escolar:** representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 406-417, set. 2007.

GIL, Antônio Carlos Araújo. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.



MENDES, Enicéia Gonçalves; PICCOLO, Gustavo Martins. **Nas pegadas da história:** tracejando relações entre deficiência e sociedade. Revista Educação Especial. Vol 25, nº 42 p. 32. Jan/Abr 2012.

MENDES, R. T. (Orgs.). **Orientações para cuidadores informais na assistência domiciliar.** Campinas: UNICAMP, 2005.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação:** interação social no cotidiano escolar. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial.** Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Quatro Irmãos – RS, Dezembro 2010.

SILVA, Maria Isabel da. **Estudo comparado da Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.** SP – SEDPcD, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MASETTO, M. T. Desafios para a docência no Ensino Superior na contemporaneidade. In: CAVALCANTE, M. M. D.; SALES, J. A. M. de; FARIAS, I. M. S. de F.; LIMA, M. do S. L. (org.). **Didática e prática de ensino:** diálogos sobre a escola e formação de professores e a sociedade. Fortaleza: EDUECE, 2015. v. 4, p. 779-795.